

Educação e mercado

GILBERTO RAMOS

É incrível e impatriótica a teimosia de setores ligados à educação que ainda não perceberam que os processos gerenciais devem acompanhar o que se passa no mundo. Foi-se o tempo do Estado purista, de falsa magnanimidade, que se suponha preocupado unicamente com o bem-estar do povo. Hoje a população não quer saber de boas intenções, quer resultados e eficiência. E não há melhor instituto de pesquisa que o próprio mercado.

A decadência do ensino no Brasil só será contida quando alterarmos o método de distribuição das verbas públicas. Canso de ouvir de pessoas da classe média, e de meia-idade, bem-sucedidas profissionalmente, afirmarem de boca cheia que estudaram em escola pública. Bons tempos, dizem. Acontece que esta geração, supostamente qualificada e egressa do ensino público, é a que está no comando de importantes parcelas da vida nacional. E não podemos dizer que as coisas aqui estejam um mar de rosas.

Posso garantir que as verbas alocadas à educação são mais do que suficientes. Então como justificar professores mal pagos e despreparados, escolas caindo aos pedaços, alunado promovido automaticamente, empresários do ensino ganhando fortunas? Claro que existem distorções emblemáticas. Por exemplo, como explicar que, em alguns municípios da Baixada, os colégios sejam taxados em 5% de ISS e os motéis estejam isentos sob alegação de que se trata de atividade de interesse turístico?

Sou liberal nato, hereditário e cada dia mais convicto. A fundamental diferença entre liberais e socialistas no campo social é que enquanto os socialistas desejam igualar os resultados e efeitos, nós, os liberais, defendemos a igualdade de oportunidades. No campo econômico é ainda mais clara a distinção: enquanto os socialistas se preocupam com a disciplina da produção, os liberais defendem a prevalência dos consumidores.

Ainda temos, claramente, forte discriminação entre pretos e brancos, e pior, entre ricos e pobres. Esta separação começa na escola primária pública à qual ficam condenados os mais desfavorecidos. Se nada fizermos, estaremos insu-

flando a perigosa separação da população brasileira, uma espécie de *apartheid*, que começa no odioso sistema vigente que inibe os pobres de estudarem em colégios particulares. Meu sonho liberal abriga a visão de que, independentemente de cor, credo e renda, toda e qualquer família possa escolher — pagando — a educação de seus filhos.

Shumpeter, no seu antológico "Capitalismo, socialismo e democracia", acaba com a ilusão assistencialista que nos tem castigado. Diz ele: "Forçar o povo a aceitar alguma coisa que se acredita boa e gloriosa, mas que ele não quer realmente, constitui o próprio sinal revelador da crença antidemocrática." A competição é essencial para a desejável otimização dos recursos públicos e podemos, com a mesma soma de recursos, reverter o apocalipse educacional em que mergulhamos.

O Brasil está investindo em educação quase 4% do PIB, aproximadamente US\$ 20 bilhões, ainda muito pouco. Entretanto, ousa afirmar que seria o suficiente para municiarmos de recursos, seja através de bolsas ou cheque-educação, 100% dos discentes brasileiros entre 7 e 14 anos (ricos ou pobres), também a totalidade dos alunos carentes do Segundo Grau, e ainda daria para financiarmos, integralmente, todos os universitários carentes — mas somente os que tivessem bom aproveitamento — matriculados em universidades estatais. Esse programa custaria em redor de US\$ 17 bilhões e, portanto, ainda sobraria um troquinho para os devaneios eletrônicos de equiparmos escolas com televisão, vídeo, computador, embora lhes falte tudo, desde quadro-negro, giz, banheiros, carteiras e até professor com salário digno.

O truque é muito simples e se resume na inversão do fluxo financeiro; ao invés de, com dinheiro público, pagarmos mal aos professores para dar aula, bastaria pagarmos ao aluno para ter aula. Aí sim cada família, livre e democraticamente, poderia escolher a educação que melhor lhes conviesse. Aqui no Rio, com 650 mil alunos na rede municipal, teríamos 650 mil fiscais, consumidores de um bem indispensável. Com isso, a escolha (eta palavra maldita para nossas esquerdas) denunciaria as escolas boas e ruins, e estas, mesmo as estatais, que fechem. Não me importa se a escola é estatal ou privada, o que não aceito é escola ruim.

Sei que o tema será combatido pelo magistério jurássico e conservador que tem horror de se expor à competição. Não importa. Acredito, como Rui Barbosa, também ele um liberal, que há de chegar o dia em que dizer a verdade não se constitua em insanidade política.

GILBERTO RAMOS é economista e ex-vice-prefeito do Rio.